

INFORMÁTICA JURÍDICA E TUTELA DO SOFTWARE

Carga horária: 45h – 3 créditos

Eletiva da Linha 1

Ementa:

1. A sociedade na era digital e os bens informáticos. Direito e internet. Direito e novas tecnologias. Direito da informação e globalização. Panorama geral sobre a informática e a sociedade da informação.
2. Informática Jurídica e Direito da informática: diferenças, conceito e evolução histórica. Importância social da informática jurídica. Evolução da informática jurídica: Informática documental, informática de gestão e informática decisória. Proteção jurídica do Chip. O SCPA (Semiconductor Chip Protection Act). Proteção internacional do *software*. Tratados e Convenções internacionais. Proteção do *software* nos Estados Unidos da América, Japão, América Latina e União Europeia.
3. Sistema informático: conceito de *software*, *hardware* e *firmware*. O *software* como bem jurídico tutelável: natureza jurídica do *software*. Aspectos constitucionais dos direitos sobre programação. Considerações gerais ligadas à tutela de softwares. Políticas Públicas relacionadas à informática no Brasil. *Software* livre: conceito e utilização.
4. Dados, informação e conhecimento. Proteção de dados e *software*. Informática e direitos da personalidade. A privacidade e as liberdades fundamentais nos direitos sobre programação. O Marco civil da Internet, proteção de dados e informática jurídica.
5. Proteção jurídica do *software* no Brasil e em âmbito internacional. Lei 9609 de 1998 (Lei do *software*). Direito de Autor (Lei 9610 de 1998) aplicável ao *software*. Propriedade Intelectual e proteção do *software*. Registro de *software* no Brasil.
6. Violação da propriedade do *software*. Sistema repressivo de contrafação e da fraude informática. Pirataria e gestão empresarial.
7. Comercialização do *software*. Comércio Eletrônico e *software*. Softwares e logística no comércio eletrônico. Relações contratuais. Transferência de tecnologia. Licença de uso. Negócios Jurídicos em meio eletrônico e a informática jurídica. Contratos de informática. *Software* livre no Brasil e suas implicações contratuais.
8. Responsabilidade civil em matéria de informática. Dano informático e sua reparação. Proteção do consumidor e o *software*. Internet e responsabilidade civil. Responsabilidade Civil e dano informático: Tipo de responsabilidade aplicável. O Marco Civil da Internet e a responsabilidade civil na informática. Dano moral e sistemas informáticos. Responsabilidade Social e dano informático. Responsabilidade civil e penal do programador de software.
9. Segurança da informação. Violação de direitos da personalidade e fundamentais. Criptografia. Monitoramento e privacidade. Espionagem eletrônica. Acordos internacionais de inteligência. Sistemas informáticos e relação de trabalho na sociedade da informação.
10. Processo judicial eletrônico. Documentos eletrônicos e digital. Prova eletrônica. Assinatura Digital e Certificação Digital. Informática jurídica e os escritórios de advocacia. Mediação e informática jurídica. Informática decisória: possibilidade de juízo virtual.
11. Economia e informática. Bancos e Instituições Financeiras. *Bitcoins*. A empresa em tempos de Sociedade da Informação. A informática aplicável às empresas na modernidade.
12. Cidadania Digital, democracia e informática.
13. E-Government. Administração Pública. Serviços *on-line*. Inclusão digital. Acessibilidade e *Softwares* específicos.
14. Tendências futuras acerca do uso da informática no meio jurídico. O impacto da informática jurídica na sociedade da informação.
15. Inteligência Artificial e impactos no meio jurídico e nas relações jurídicas presentes na Sociedade da Informação. Visual Law.

Bibliografia:

- ALMEIDA, José Carlos de Araújo. Manual de Informática jurídica e direito da informática. Forense, Rio de Janeiro, 2005. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Direito eletrônico ou Direito da Informática? Informática Pública v.7(2): 11-18, 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/direito-eletr%C3%B4nico-ou-direito-da-inform%C3%A1tica-1..>
- ALMEIDA, Gilberto e CAMPOS MELO, Leonardo de. Identidade e aplicação do Direito da Internet. Revista Emerj, v. 11. N 42, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16041146.pdf> .
- ANDRADE, Henrique dos Santos; MACEDO, Caio Sperandeo de. A Tutela autoral do Software. Direitos Culturais, Santo Ângelo, v.12, n.26, p.157-178. Jan/abr. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322639919.pdf>.
- ANDRADE, E.; TIGRE, P. B.; SILVA, L. F.; SILVA, D. F.; MOURA, J. A. C. de; OLIVEIRA, R. V. de; SOUZA, A. Propriedade Intelectual em Software: o que podemos apreender da experiência internacional? Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 31–53, 2009. DOI: 10.20396/rbi.v6i1.8648940. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648940>.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- ASCENSÃO. José de Oliveira. Direito da Internet e da Sociedade da informação. Forense: Rio de Janeiro, 2002.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. Novas fronteiras do direito na informática e telemática. Malheiros. São Paulo, 2012.
- BECK, Ulrich. Sociedade de Risco. Editora 34. São Paulo, 2010.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor na obra sob encomenda. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

BITTAR, Carlos Alberto. A lei do software. Revista Informação Legislativa. Brasília ano 25 n.98. abril/jun de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181842/000437684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

CASELLA, A. C. R. Proteção do "software" pelo direito do de autor. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 81, 202-221. 1986. <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67077>

CASTELS, Manuel. A galáxia da internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2003.

CASTELS, Manuel. A sociedade em rede. Paz e Terra. São Paulo, 2016.

DE LUCCA, Newton. SIMÃO FILHO, Adalberto. LIMA, Cintia Rosa Pereira de. Direito e Internet III. Tomo I e Tomo II. Quartier Latin. São Paulo, 2015.

FONSECA, Marcelo Luiz Mendes da. Aspectos da apropriação tecnológica no mercado de software: inovação na economia do conhecimento. Cadernos de Prospecção. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v14i1.31902>. 2021. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/nit/article/view/31902>.

FROSINI, Vittorio. Diritto dell' informatica negli anni ottanta. Milano: Milano, 1984. FROSINI, Vittorio. El Horizonte Jurídico di Internet. ReDCE, num 28 Junio-Diciembre de 2015. Disponível em: http://www.ugr.es/~redce/REDCE28/articulos/08_FROSINI.htm.

GEMIGNANI Franco. Law and the computer. Boston: CBI, 1981.

GAMBINO, A. M., STAZI, A. Diritto dell' informatica e della comunicazione. Torino: Giappichelli, 2009. GRECO, Marco Aurélio. Internet e Direito. 2.ed., São Paulo: Dialética, 2000.

GRINNOVER, Ada Pellegrini et al. Código de Defesa do Consumidor comentado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KASCH, Steven P. The Semiconductor Chip Protection Act: Past, Present, and future. Berkeley Tchnology Law Journal, v.7, Issue 1- Spring, january 1992. Disponível em: <https://www.istor.org/stable/24122481?seq=1>.

LEITE de GODOY, Adelice. Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico. Disponível em: site CEDET (www.cedet.com.br).

LETSON, Lawrence R. Computers programs protection in the British Commonwealth Countries. [S.l.]: Idea. 1979. 15 v., v. 2.

LEMONS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005. 212p. Ebook. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=xG-2W7YnTfUC&oi=fnd&pg=PA7&dq=A+TUTELA+AUTORAL+DO+SOFTWARE&ots=P_zVo8AY8q&sig=TQSY5KVPaR7cOpUpO_jPlnvE3J8#v=onepage&q&f=false.

LEMONS, Ronaldo. JÚNIOR, Sergio Vieira Branco. Copyleft, software livre e Creative Commons: a nova feição aos direitos autorais e as obras colaborativas. Revista de Direito Administrativo, 243, p. 148-167. 2006. doi.org/10.12660/rda.v243.2006.42557. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/42557/41318>.

LOIODICE, Aldo. Diritto dell' informazione. In: Enc. dir. XXI. Milano: [s.n.], 1970.

LOSANO, Mario Giuseppe. Lições de informática jurídica. Saraiva. São Paulo, 1976.

MARQUES, Claudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MENDES, Manuel Oehen. Tutela jurídica das topografias de circuitos integrados. In: Direito da sociedade da informação. Coimbra: Coimbra Ed., 1999. v. 1.

MORGADO, Laerte Ferreira. O cenário internacional de proteção de dados pessoais necessitamos de um Código Brasileiro? In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 65, 1º-6-2009 Internet. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br>. Acesso em: 22-2-2012.

MORATO, Antonio Carlos. Direito de autor em obra coletiva. Saraiva. São Paulo, 2007. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e internet (7°. Ed). São Paulo: Atlas, 2014.

PAESANI, Liliana Minardi. O Direito na Sociedade da Informação III. São Paulo: Atlas, 2013. PAESANI, Liliana Minardi. Direito de Informática. Atlas. São Paulo, 2014.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. São Paulo: Saraiva, 2018. PFOHL, Stephen. O delírio cibernético de Norbert

Wiener. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia 8 (15). Porto Alegre. n 15, ago. 2001. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2001.15.3128>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3128>.

RODOTÁ, Stefano. A vida na Sociedade da Vigilância. Renovar. Rio de Janeiro, 2008. ROPPO, Giulio. I contratti per la fornitura di servizi telematici. Milano: Zeno-Zenovich, 1987.

SCHAAL, Flavia Mansur Murad (coord). Propriedade intelectual, internet e o Marco Civil. Edipro. São Paulo, 2016.

SILVEIRA, Clóvis. Bancos de dados originais e não-originais. In: Revista da ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual no 69, mar/abr de 2004, p. 31-35. Disponível em: www.interpatents.com. SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual. São Paulo: Manole, 2011.

VIEGAS, Juliana L.B. Contratos de fornecimento de tecnologia e de prestação de serviços de assistência técnica e serviços técnicos. In: SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). Contratos de Propriedade Industrial e Novas Tecnologias. São Paulo, Saraiva, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. A proteção jurídica das bases de dados em face da revolução da tecnologia da informação. Disponível em: <https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-base-dados-marcos-wachowicz-1.pdf>.

WACHOWICZ, Marcos. Software: Desenvolvimento e modalidade de comercialização do Software livre e do software proprietário. Disponível em: <http://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-marcoswachowicz-revisada-1.pdf>.

WACHOWICZ, Marco. ANNONI, Danielle. Estudos sobre os direitos autorais e a tutela dos direitos da personalidade. Anais do XVII CONPEDI, Brasília – DF, nov.2008. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/05_547.pdf.

WALD, Arnoldo. Da natureza jurídica do software. Revista Informação Legislativa. Brasília, a22, n. 87. Jul./set 1985. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496819>.

ZACCARIA, Roberto, VALASTRO, Alessandra. Diritto dell' informazione e della comunicazione. Padova: Cedam, 2010.

ZICCARDI, Giovanni. Informatica Giurídica. Milano: Giuffré Editore,2011.